

Solitário na queda

RIO DE JANEIRO A Assembleia Legislativa aprova por unanimidade a admissão do *impeachment* de Wilson Witzel

O placar foi avassalador. Por 69 votos a 0, os deputados da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovaram, na quarta-feira 23, o prosseguimento do processo de *impeachment* do governador afastado, Wilson Witzel, do PSC. O afastamento definitivo do ex-juiz depende, agora, do julgamento por um tribunal misto, integrado por parlamentares e desembargadores.

Acusado de liderar um esquema que desviou recursos públicos destinados ao combate à pandemia do novo coronavírus, Witzel havia sido afastado do cargo pelo Superior Tribunal de Justiça por 180 dias. A decisão acabou chancelada pelo Legislativo estadual. É a primeira vez na história que um governador fluminense enfrenta um processo na Alerj por crime de responsabilidade.

De acordo com a Procuradoria-Geral da República, Witzel estruturou no governo estadual uma organização criminosa, dividida em três grupos, que disputavam o poder mediante o pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos. Liderados por empresários, esses grupos lotearam algumas das principais pastas estaduais, a exemplo da Secretaria de Saúde, para implementar esquemas que beneficiassem as suas empresas.

O principal mecanismo de obtenção de recursos pelos grupos era por meio do direcionamento de licitações de



Organizações Sociais, mediante a instituição de uma “caixinha de propina” abastecida pelas entidades e seus fornecedores, além da cobrança de um percentual sobre a liquidação de restos a pagar às empresas contratadas.

Os procuradores apontam, ainda, repasses que somam 554 milhões de reais ao escritório de advocacia da primeira-dama, Helena Witzel. A suspeita é de que a empresa serviu para lavar dinheiro da propina paga por empresários beneficiados pelo esquema, a exemplo de Mário Peixoto, ligado ao ex-secretário de

Desenvolvimento Econômico do Rio Lucas Tristão, braço-direito do governador.

Peixoto foi preso em maio, em um desdobramento da Operação Lava Jato que investiga contratos da gestão do ex-governador Sérgio Cabral. Mas, segundo a Polícia Federal, o empresário ampliou os negócios ilícitos no governo Witzel. Outro enredado no esquema é o pastor Everaldo, citado na delação premiada do ex-secretário de Saúde Edmar Santos. Segundo o delator, era ele quem dava as cartas na pasta da Saúde, assim como na Companhia de Águas e Esgotos do Rio (Cedae) e no Detran. Presidente do Partido Social Cristão, Everaldo foi preso no fim de agosto.

Por videoconferência, Witzel negou as acusações e se disse vítima de um linchamento político, sem direito a ampla defesa. “As ruas estão calmas, silenciosas, não é porque as pessoas estão com medo da Covid. É porque estão silenciadas por tudo o que está acontecendo, atônitas de ver um governador afastado do cargo sem direito à defesa.”

Na defesa apresentada à Alerj no início de setembro, o governador sugeriu, em diversas passagens, ser vítima de uma perseguição política por fazer oposição a Jair Bolsonaro. De olho em 2022, Witzel passou a se contrapor ao presidente, embora tenha sido eleito no embalo da onda bolsonarista, com o senador Flávio Bolsonaro de cabo eleitoral. Segundo o governador, a acusação contra ele “alinha-se ao fluxo de um movimento mais amplo e concertado, de âmbito federal, de pulverização da oposição”.

Witzel não contou com a solidariedade de parlamentar algum, nem mesmo do deputado Rodrigo Amorim, do PSL, com quem dividiu palanques e protagonizou o deprimente espetáculo da quebra da placa em homenagem à vereadora Marielle Franco, assassinada em 2018. •

— Por Rodrigo Martins

FERNANDO FRAZÃO